



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 3/2013

Sessão realizada em 24 de junho de 2013

Leal

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho de dois mil e treze, pelas dezassete horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins e secretariada pela Senhora D. Maria do Carmo Nogueira e Sr. Aires Patrício.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros: José Anacleto que justificou atempadamente a falta e foi substituído pelo Senhor João Couto Gonçalves. Faltaram ainda os membros Nuno Baltazar Mendes, Carlos São Martinho, Luís Gavinhos José Neves Costa, João Taborda, Maria Alice Cardoso, Joana Morgadinho, João António Correia, Luís Martins, Júlio Correia, Filipe Gonçalves, Marco Paulo Sanches, Carlos Jerónimo e Antónia Margarida Oliveira. Os Presidentes de Junta de Castelejo, Mata da Rainha e Salgueiro foram substituídos pelos seus representantes legais.

Relativamente ao Executivo Municipal faltou o Senhor Vereador Augusto Leal Salvado. Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município;

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação das Contas Consolidadas de 2012”;

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação final – “Regulamento dos Períodos de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho do Fundão”;

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação final – Tabela de Taxas e Licenças”;

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aditamento à deliberação de 19 de Fevereiro de 2013 – Reestruturação do sector empresarial local do concelho do Fundão – Dissolução da empresa FTM – Fundão-turismo, E.E.M.”.

O Senhor Presidente da Mesa saudou todos os presentes e deu por iniciados os trabalhos. Pediu de seguida que se associassem num voto de solidariedade e de pesar pelo falecimento do sogro do Senhor Luís Gavinhos e avô do Senhor Vice-Presidente da Câmara Miguel Gavinhos, o que foi aceite por todos os presentes.

De seguida colocou a votação a ata 2/2013 que foi aprovada por unanimidade.

Período de Antes da Ordem do Dia

Aires Patrício – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente ata constituindo o Anexo 1.

Luís Lourenço – Em nome da CDU associou-se ao voto de pesar referido pelo Senhor Presidente da Mesa. De seguida fez uma intervenção que se junta à presente ata constituindo o Anexo 2.

Abel Rodrigues – Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que esclarecesse o facto de se ter proibido a circulação de camiões com matérias perigosas em Alpedrinha, já que neste momento em Alpedrinha não é permitida a circulação desses veículos e no túnel por Lei também não podem circular por ser uma infra-estrutura de categoria E. Por isso, perguntou como é que o Senhor Presidente da Câmara resolve o problema já que se chegou ao ridículo de a bomba de combustível de Alpedrinha não poder ser abastecida. Tem também pena que o Senhor Membro Carlos São Martinho não esteja presente nesta sessão, já que lhe iria sugerir que em sede de Assembleia da República fizesse os possíveis para alterar a legislação e assim resolver aquela questão de vez. Reitera a intervenção do membro Luís Lourenço, pois numa altura em que o Governo trata tão mal os Portugueses, não vê necessidade de tanto ministro e tantos secretários de estado e tantos salamaleques e deferências ao poder ligado ao PSD.

Paulo Silveira – Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata constituindo o Anexo 3.

Henrique Dias – Disse que ao longo de 16 anos foi eleito PSD e tem muita honra nisso, uma vez que se trata de um partido onde se revê ideologicamente e que fez com que todos possam frequentar o Jardim das Tílias sem medo de ser importunado. A estética de cada um tem o valor que tem pelo que aceita as opiniões, mas há 12 anos as atividades que se desenrolavam naquele parque eram muito duvidosas. Sobre as homenagens todos temos opinião que pode coincidir ou não, acredita no entanto que aquela que tem sido a ação desta Câmara em homenagear os que mais se distinguem terá mais a ver com o mérito que as pessoas têm no desenvolvimento das suas atividades profissionais, sociais ou outras. Fica muito satisfeito quando vê jovens, associações e um movimento largo de cidadãos ligados a diversas áreas, que pelo seu mérito são reconhecidos pelo que de bom fizeram. Lembrou também que há cerca de 12 anos as únicas vias existentes para transpor a cidade estavam no centro e zonas mais antigas, ainda bem que hoje algumas circulares abriram, fruto do trabalho de muita gente e também do Dr. Manuel Frexes, que mereceu esta homenagem. Não compreende algumas posições nesta AM quando há pouco tempo alguns se insurgiam contra a passagem de matérias perigosas em Alpedrinha e hoje estão preocupados com o contrário. Não sabe se a ideia é culpar o Governo ou encontrar a solução.

O Senhor Presidente da Mesa leu a Moção que se junta à presente ata como Anexo 4.

Rogério Hilário – Sobre a moção em discussão, embora considerando o direito dos cidadãos à greve e à defesa do seu emprego inquestionável, não concorda com a forma como está redigida no âmbito da escola pública ou privada, pelo que vão votar contra. São a favor de que as escolas, públicas ou privadas, sirvam bem as populações.

Luís Lourenço – Considerou que o Membro Rogério Hilário não ouviu bem a moção porque a mesma não diz nada que se oponha à escola pública ou privada. Defende-se a escola pública, sem se colocar a mesma em oposição à privada.

Não havendo mais interessados em usar da palavra sobre o assunto, o Senhor Presidente da Mesa colocou a moção a votação tendo a mesma sido aprovada por maioria com 12 votos a favor, 16 abstenções e 10 votos contra.

O **Senhor Presidente da Mesa** apresentou a seguinte declaração de voto: *“A minha abstenção numa matéria em que em bom rigor não pode haver abstenção radica no facto de não concordar com a generalidade das considerações ali colocadas. Adiro muito mais às propostas que aqui estão no seu conteúdo fundamental do que com o conjunto de considerandos que distorcem aquilo que é o enfoque de uma greve. Sendo assim e como estava dividido entre algo que não concordava nos considerandos e algumas propostas que aqui estão expressas com as quais concordo, abstive-me”*.

O **Senhor Jean Barroca** apresentou a seguinte declaração e voto: *“Votei contra com o mesmo raciocínio do Senhor Presidente da Mesa e por considerar que havia um conflito com o qual não concordava nos considerandos da moção, entre aquilo que é a escola pública e a escola privada. Sou a favor do ensino, mas não de uma escola que coloque em conflito o o público e o privado, desprezando aquilo que é a educação”*.

O **membro Aires Patrício** também apresentou a seguinte declaração de voto: *“Votei favoravelmente a moção porque independentemente de tudo existem aspetos que são inquestionáveis, já que não estamos perante uma guerra público/privada e por outro lado termos turmas com mais de 20 alunos é uma estupidez. Um País que não tenha um corpo docente capaz, competente, que não esteja preocupado em distribuir diplomas, mas sim em passar o conhecimento, para onde é que vai esse País?”*

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Frexes

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município

Eduardo Saraiva – Considerou que a informação escrita está bem elaborada. Relativamente á festa da cereja considerou-a uma questão emblemática, já que por todos os sítios onde se desloca, em particular em Lisboa, ouve muita gente a elogiar a cereja do Fundão. A promoção da cereja, efetuada pela Câmara Municipal, foi um trabalho muito bem organizado que trouxe muitos benefícios à economia, aos empresários e aos produtores do concelho. O clube de produtores é também uma iniciativa de aplaudir e este esforço coletivo traz grandes vantagens para as empresas, para os trabalhadores e para o Fundão. Referindo-se ao aniversário do concelho do Fundão, considerou-o um momento alto da vida na cidade. Quando um município resolve distinguir algumas pessoas e instituições, isso resulta das memórias da nossa terra ou com o facto da pessoa se distinguir nos mais diversos domínios. Este ano o leque de pessoas teve uma vantagem, já que foi muito diversificado ao nível das profissões, idades e até estratos sociais. Teve a oportunidade de propor alguns nomes e em particular o nome Rosel, que foi aceite. A cerimónia correu muito bem mas não entende porque é que um vereador da oposição na reunião de Câmara seguinte se manifestou contra a atribuição de medalhas, quando as mesmas em sessão anterior tinham sido votadas por unanimidade. Não devem existir discordâncias neste tema e neste tempo, pelo que sugere que seja criado um grupo de trabalho que antecipadamente recolha opiniões e sugestões de forma a ser apresentada uma proposta para ser levada à Câmara Municipal para decisão final. Chamou a atenção da Câmara para algumas situações, como os canteiros metálicos colocados na avenida da Liberdade de que não gosta e que põem em causa a segurança de pessoas e viaturas. O Parque das Tílias também tem questões muito complicadas, considerando que não basta a opinião de um técnico, tem de ser o Executivo a decidir o que deve ou não ser feito. Informou que, na zona histórica da cidade, Rua da Cale, rua da Igreja e rua de Santo António, as placas se partem sucessivamente, pelo que valerá a pena corrigir-se o que está mal. Realçou o ato de humildade do Senhor Presidente da Câmara por ter pedido desculpas aos Silvarenses pela impossibilidade de ter realizado uma obra naquela localidade.

Pedro Salvado – Começou por dar sentidos pêsames ao Senhor Vice-Presidente da Câmara pelo falecimento do seu avô. Frisou que a circular urbana não está em causa mas sim o nome que lhe foi dado, já que ainda não terminou o mandato do Dr. Manuel Frexes e considera provincianista tal deliberação. O balanço e a avaliação das obras, não deve ser feito pelos próprios, ironizando que no próximo 9 de Junho até poderia ver-se o parque de campismo Dr. Miguel Gavinhos ou a Escola Profissional Dr. Carlos São Martinho. Parece-lhe mal este tipo de situações e ainda mais quando se faz tudo em segredo, sem auscultar ninguém. Acha até que se cometeu uma desconsideração com o Dr. Manuel Frexes, porque só deram a esta cidade o nome de uma rua ao homem que “nos tirou das cavernas”, ao “Marquês de Pombal do Fundão”. Devia ter sido feita uma estátua em ouro na Praça do Município do Fundão. Fez votos também para que isto tudo não seja a antecâmara do que por aí se fala, que tem a ver com a pressão que o Dr. Manuel Frexes está a fazer para ocupar o lugar do Dr. Vítor Martins nas próximas eleições autárquicas. Considera o Dr. Manuel Frexes o oposto do Dr. Vítor Martins, uma pessoa belicosa, incapaz de gerar consensos, intolerante com as opiniões contrárias, roçando por vezes a má educação com os adversários políticos, ou seja, alguém completamente diferente do Dr. Vítor Martins que sempre liderou muito bem as sessões da Assembleia Municipal. Perguntou o que seria autorizado construir nos terrenos junto

à rotunda norte da zona industrial do Fundão, porque se fala em muita coisa, mas tem a esperança que seja o aeroporto prometido pelo Senhor Presidente da Câmara para trazer para o Fundão a empresa Cartier e os seus 400 postos de trabalho. Elogiou a Câmara pela realização do “comboio da cereja” que tem trazido ao Fundão muita gente. Também deu os parabéns à Câmara pelo facto de ao fim de 6 meses já estarem executados mais de 50% do orçamento nas receitas e nas despesas, para este ano. Perguntou se o ritmo desta execução vai continuar e se as verbas que faltam do PAEL dão para chegar aos 100%. Porque esta será a última sessão da Assembleia, agradeceu os debates acalorados e tudo o que nela aprendeu, tendo-a considerado uma boa experiência. Pediu ao Dr. Paulo Fernandes o favor de não trazer o Dr. Manuel Frexes para Presidente desta Assembleia, já que isso seria uma desgraça para o nosso concelho.

Presidente da Mesa – Disse que cada membro diz sempre o que quer porque essa é a cultura desta Assembleia Municipal, mas pediu ao membro Pedro Salvado para não invocar o seu modesto nome para fundar as suas opiniões.

Rosa Moreira – Começou por lembrar uma sua intervenção anterior onde abordou o problema das lajes partidas, nomeadamente na rua da Cale e os problemas de segurança que as mesmas causavam. Na altura um membro do PSD contrariou com alguma veemência as suas palavras, hoje não pode deixar de concordar com as afirmações do membro Luís Lourenço que abordou o problema das obras inacabadas, em particular no Parque das Tílias. A Câmara começa por apresentar ideias interessantes, que se iniciam lindamente e agradam a todos, mas quando as obras terminam têm sempre um certo aspeto de que falta algo e passados alguns meses são pura e simplesmente abandonadas, não sendo evidente a existência de um plano estruturado, onde seria reconhecida uma intervenção e um determinado objetivo de planeamento. Esclareceu que tece estes comentários não na qualidade de opositora a quem quer que seja, mas porque pensa que o Fundão merece um outro ordenamento e uma outra forma de intervenção. O investimento deve ser um pouco mais sustentado e deve perdurar mais no tempo, para que quem aqui vive tenha orgulho nisso e quem nos visite tenha vontade de voltar.

Rogério Hilário – Disse que acordou com a notícia da RCB de que o Senhor Presidente da Câmara ia receber uma empresa que criaria postos de trabalho e que durante o mês de Agosto arrancariam as obras de instalação dessa empresa, pelo que fazia votos que tudo corresse dentro do previsto. Deu também os parabéns à Câmara Municipal, junta de freguesia de Alcongosta e organização pelo sucesso da festa da cereja e pelas cerca de 50 toneladas vendidas, considerando o facto um excelente negócio, o que o leva a pensar se não será altura de se equacionar o patamar em que se encontra e dar-lhe mais notoriedade e consistência. Devem-se tentar reduzir os constrangimentos da própria geografia de Alcongosta e esforçar-se para que o próximo ano ainda possa ser melhor. Disse ainda que quem circula na cidade vê como as coisas têm mudado, com maior ênfase nos espaços verdes. Pode não se concordar com o canteiro, a floreira, o relvado ou outras situações, mas é preciso recordar que muitas destas obras estiveram em discussão pública e nessa altura poder-se-ia ter dado um contributo para que algumas coisas fossem diferentes. Considerou também que o concelho do Fundão está a gerar um conceito de responsabilidade social e cívica que não tinha há algum tempo atrás e que a Câmara está a envolver as pessoas e empresas nas decisões estratégicas o que é muito importante. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara para que estivesse muito atento às oportunidades, perante o que a nova empresa gestora da Cidesa pretende implementar através de novos investimentos, nomeadamente na área do tabaco, para a infraestrutura existente junto à Zona Industrial. Existe aqui uma possibilidade que tem também a ver com a chegada do regadio da Cova da Beira. Considera que todos devem perceber os novos indicadores e ser agentes ativos na sua facilitação e transformação.

Henrique Dias – Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse que, numa altura de tantas decisões em que é fácil ir contra certos interesses e contra muitas opiniões, o atual Presidente da Câmara traz sempre à coação e discussão as suas ideias sobre o desenvolvimento da nossa terra. Esta forma de trazer os assuntos a discussão tem duas virtudes: uma é que ninguém se pode esconder atrás da falta de informação para dizer se gosta ou não, segundo, toda a gente tem espaço e tempo suficiente para discutir as suas opções. Fez votos para que no próximo mandato o atual Presidente da Câmara mantenha este rumo para bem de todos e que o Dr. Vítor Martins também continue as suas funções na Assembleia Municipal. Sobre a informação escrita disse que a iniciativa Fundão Educa foi uma das ações que conseguiu ter também duas virtudes: a de congregar todos os atores das escolas públicas da nossa terra em torno de um projeto comum que a Câmara Municipal tem para o concelho do Fundão, projeto esse que se chama Conselho Local de Educação, que se vai formalizar no documento estratégico fundamental em termos educativos. Ficou surpreendido com o ritmo das iniciativas, mas também pelo facto de, pela primeira vez, os parceiros terem estado unidos em torno de um objetivo comum. Abordou outro aspeto que tem a ver com o Fórum Viver Local, Cidadania Global, que demonstra que a outros níveis a nossa terra tem conseguido ser o elo de ligação entre municípios. Somos tão poucos que se não se unirem esforços não se vai longe, mas o Senhor Presidente da Câmara conseguiu congregiar vários municípios à volta de interesses comuns. Sugeriu à Câmara para que mandasse proceder à colocação de sinalética no pavimento, porque quem circula na rua Adolfo Portela pelo lado esquerdo tem tendência a ir de frente para a rua que tem 2 sentidos e que vem da urbanização Espírito Santo, criando ali alguns constrangimentos, sobretudo para quem não conhece, dando a sensação que se vai entrar numa rua com 1 só sentido.

Jean Barroca – Falou de inovação e investimento e em particular do Living Lab da Cova da Beira, considerando que está a ser feito um muito bom trabalho na dinamização da marca Fundão, seja da cereja ou do Fundão enquanto território, ou outras situações. Existe também uma estratégia de captação e investimento de talentos e uma aposta na revitalização do tecido urbano e económico. Esta estratégia tem trazido bons frutos e temos vários exemplos disso mesmo. Se olharmos para ferramentas como o Fablab, Cowork, as casas oficina, vemos nelas novos espaços que não são mais do que instrumentos que existem para que as pessoas se preparem para os desafios que as novas economias nos reservam, mas também para que as pessoas possam viver no Fundão. Vão dar-se novos passos muito importantes, como o da ligação destes criativos ao tecido empresarial da cidade ou seja às empresas que aqui laboram. Outra questão tem a ver com a dinamização de novas atividades que tragam formação, capacitação das pessoas, como mais-valia concreta por aqui viverem. Outros passos serão dados, como a participação em projetos europeus na área da inovação, também a criação de uma nova lógica de participação com os cidadãos em que estes passem a estar mais atentos, mais pró-ativos, mais capacitados, através de ferramentas e de fóruns informais ou formais ou através de ferramentas relacionadas com as tecnologias de informação e comunicação. Finalmente outro passo será o de seguir o exemplo da ALTRAN, um investimento que foi ganho por uma cidade, por um povo que se uniu. Enquanto jovem desta cidade disse estar com humildade ao serviço desta Câmara Municipal porque acredita que naquilo que as pessoas/comunidade conseguiram com a ajuda da Câmara para trazer a Altran. Espera que sirva de mote para que todos juntos possamos fazer o marketing e vendas necessárias para atrair outros investimentos e terem um futuro melhor.

Luís Lourenço – Disse ter ficado irritado com a visita efetuada ao Parque das Tílias porque observou situações bem pensadas mas muito mal executadas. Sobre os homenageados não teve qualquer informação anterior do processo de nomeação, pelo

7/2017

que subscreve a proposta aqui apresentada pelo membro Eduardo Saraiva. Também sobre a informação do que se vai fazendo, ou seja da vida das autarquias, deu conta que por ter sido membro da Assembleia Municipal da Covilhã há algum tempo atrás, ainda continua a receber informação sobre a atividade desse município e gostaria, se fosse possível, gostaria de manter essa relação com o município do Fundão. Informou que assistiu a grande parte da iniciativa Viver Local Cidadania Global mas ficou triste com a participação das pessoas do Fundão neste evento que tinha aspetos muito interessantes. Numa das últimas sessões já só estavam presentes praticamente os convidados espanhóis, o que o entristeceu. Acha que seria bom que estas questões se resolvessem e existisse talvez outro tipo de promoção. Registou também com agrado os 95% de despesas de capitais já comprometidos, embora só pagos 51% e a captação de receitas já efetivada em 53,8%. Isto quer dizer que até final do ano já não há muito mais a fazer.

Aires Patrício – Uma vez que parece que esta é a última Assembleia Municipal deste mandato, acha oportuno dizer que o PSD enquanto maioria, contrariamente ao PS e à CDU, não permitiu a presença do CDS na comissão permanente porque só tinha 1 elemento, o que contrasta um pouco com o convite do membro Henrique Dias à congregação. Mostrou também a sua discordância pela colocação na Avenida da Liberdade de “*uns caixotes em metal*” que perturbam o estacionamento dos carros e dificultam a circulação das pessoas. Disse também que o pavimento na entrada do lado norte, junto à zona Industrial, no local de venda de cereja, tem um desnível acentuado que tem causado estragos em muitas viaturas que ali se deslocam e que urge corrigir. Por último lamentou que em 4 anos não tenha sido possível a requalificação da EN 18, mas reconheceu que na cidade do Fundão a reposição do pavimento está bem-feita.

Presidente da Câmara – Cumprimentou todos os presentes e agradeceu o tom cordial desta Assembleia Municipal, numa altura em que se aproximam eleições autárquicas, o que revela grande maturidade democrática. Referindo-se à cultura de mérito, considerou que mais do que lógicas calculistas, o mérito deve ser reconhecido no mais curto espaço de tempo não necessitando de o ser quando as pessoas já estão “*com os pés para a cova*”. O País também não pode ser de unanimismos, a sociedade deve ser plural, vivida e construída no confronto de ideias. Lamentou o facto de na sessão solene de 9 de Junho não ter visto qualquer representante de algumas bancadas, nomeadamente do PS, salvaguardando o facto de algumas pessoas não poderem estar presentes por motivos pessoais e profissionais. Foi também de opinião que o regulamento de atribuição de medalhas deve ser revisto, no entanto o mérito não tem cor, nem carteira, ou diplomas, mas é a expressão complexa do que é a nossa vida. Depois da entrega das medalhas não se sente confortável com qualquer comentário associado a essa questão porque no limite pode desvalorizar aquilo que é inviolável, que é o reconhecimento do mérito dessas pessoas. Referiu-se às pequenas vitórias do ponto de vista de atração do investimento, que até nem são uma coisa normal, por esta estratégia ter pouco tempo. Situações destas são muito difíceis, e os resultados nem sempre se podem considerar proporcionais ao esforço. Pretende, no entanto, ser rigoroso e persistente, porque nada é fácil. Focando-se nas intervenções dos membros, respondeu a Rosa Moreira que se lembrava da sua intervenção há algumas sessões atrás, mas considera que o Fundão neste momento está muito mais exigente naquilo que é o espaço público e o que é a sua utilização. Felizmente a fasquia de exigência subiu e os cidadãos estão muito mais atentos ao espaço público. Garantiu que ia anotar, mas anotar mesmo, todas as pequenas sugestões apresentadas. A ampliação do espaço das Tílias foi feita através da relação profícua existente com a Santa Casa da Misericórdia, sem custos de terreno para o município. A preocupação é que as Tílias sejam um foco de atração das pessoas e embora existam coisas a melhorar, esse espaço é já uma referência nas opções das pessoas quando lhes apetece passear, beber um café, relaxar. Informou que o subsídio de férias foi pago a

todos os funcionários no mês de Junho e que a execução financeira do Município do Fundão é muito elevada porque se trata de uma lógica de pagamentos acelerada. Informou também que pediu desculpa numa sessão pública pelos atrasos relativos aos pagamentos, porque considera que, independentemente de tudo, quando as coisas são pagas, sentindo-se aliviados não deixam de ter responsabilidade pelos atrasos, mesmo que politicamente seja um inconveniente. Quanto à proibição do trânsito a veículos com substâncias perigosas disse que não compreende porque é que o mesmo não circula pelos túneis mas é permitido que passe numa localidade onde vive muita gente, raspando até nas casas. Como a Câmara Municipal não tem tutela sobre a passagem dentro de Alpedrinha, então proibiu aquele tipo de veículos na saída norte de Alpedrinha e com isso faz pressão para que os túneis sejam abertos àquelas viaturas. A Câmara informou as entidades que o ia fazer e aguarda a resposta ao problema, concluindo que o que move este executivo e o seu Presidente é a defesa intransigente dos direitos do Fundão e dos seus munícipes. Ao membro Paulo Silveira disse que o Regadio da Cova da Beira é algo muito importante e um ativo principal ao nosso desenvolvimento, pelo que partilha tudo o que afirmou, informando que a Câmara está a fazer as diligências necessárias para o promover, atrair investimento, desenvolver as empresas ligadas ao cultivo da terra. Está também atento ao funcionamento do banco de terras e tem uma equipa a trabalhar no apoio ao cadastro dessas mesmas terras na zona do Regadio e da Gardunha. Sendo de opinião que a Lei não é a melhor, informou que o Município já manifestou interesse em pertencer a um consórcio com as associações do setor nesse banco de terras. Agradeceu publicamente ao ilustre Fundanense Senhor Abílio Laceiras a forma relevante como preparou a visita de 24 horas desta Câmara Municipal à vila de Paris. Esteve com satisfação em França e viu que a comunidade de empresários portugueses tem enorme dimensão e está a olhar para Portugal duma forma muito positiva e em particular para o Fundão que tem uma população ativa vinculada ao nosso concelho de 800.000 pessoas, o que é um ativo fundamental na valorização dos nossos recursos e na atração de investimento direto. Assinaram-se relevantes contratos e nos próximos meses esperam-se notícias dessa reativação de oportunidades com os nossos emigrantes.

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação das Contas Consolidadas de 2012 ”

Não havendo interessados em usar da palavra sobre este assunto, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação e foi aprovado por maioria com 31 votos a favor, 2 votos contra e 6 abstenções.

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação final – “ Regulamento dos Períodos de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho do Fundão”

Não havendo interessados em usar da palavra sobre este assunto, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação e foi aprovado por unanimidade.

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação final – Tabela de Taxas e Licenças”

Luís Lourenço – Repetiu que uma das coisas que mais o irrita são coisas mal feitas. O documento agora remetido está cheio de complicações e não pode ser assim aprovado. Disse também que, em primeiro lugar, o documento que foi apresentado anteriormente,

sobre o mesmo assunto na sessão anterior não tem nada a ver com o que nos é agora apresentado; segundo, a nota justificativa de algumas taxas é completamente diferente da do início. O índice é igual mas também está mal porque inclui pontos que não constam no documento. No desenvolvimento de alguns pontos, a determinada altura a numeração está errada, saltando-se números, como o ponto 4.13 da listagem aparece como ponto 4.15 no índice, perdendo-se algo pelo meio. Concluiu que conforme está o documento não pode ser aprovado porque está cheio de confusões e de erros.

Presidente da Mesa – Foi de opinião que segundo o seu entendimento, as observações do orador anterior vão no sentido de que a aprovação deste documento se faça com o rigor devido, pelo que pede ao Senhor Presidente que clarifique as questões levantadas.

Presidente da Câmara – Perante o que foi referido, apetece-lhe perguntar à componente dos serviços o que pode ter acontecido, porque efetivamente a sua “cábula” relativa ao mesmo assunto não está como referiu o membro Luís Lourenço. Trata-se de uma situação anómala, pode ter acontecido alguma desformatação de documentos que justifique esta questão. Informou também que se estão a aprovar essencialmente as normas do licenciamento zero, algo muito importante para o concelho. Teve também de se fazer para o documento a transição entre o licenciamento convencional e o licenciamento zero, ou seja o município teve de encaixar os dois regulamentos um no outro. Apelou a um voto de confiança no documento porque a Câmara Municipal tem mesmo de implementar o licenciamento zero, porque a diminuição de custos para o cidadão aliada ao menor tempo gasto na resolução dos assuntos vão ser muito importantes. Não sabe neste momento qual a forma de evitar que o assunto seja retirado face à desformatação verificada, o que pode obrigar a Câmara a solicitar uma Assembleia Municipal extraordinária em plena época estival. Propôs que em comissão permanente da Assembleia Municipal o documento corrigido fosse apresentado, mas que este fosse aprovado em nome dos interesses do concelho do Fundão.

Presidente da Mesa – Disse mais uma vez que a intervenção do membro Luís Lourenço foi pertinente e chamou a atenção para aspetos que não estão claros. Nesses termos a mesa coloca a questão do seguinte modo: *“ se não existem dúvidas por parte da Assembleia Municipal sobre o que está a ser aprovado, as taxas que estão a ser aplicadas, o documento pode ser submetido à aprovação e depois ser ratificada a decisão na próxima sessão da Assembleia Municipal, mas, se existem dúvidas sobre o conteúdo substantivo do que está a ser aprovado, o documento tem de ser retirado ”*.

Luís Lourenço – Voltou para afirmar que a última coisa que quer fazer é complicar. No entanto, o fundamental do documento são o valor das taxas e o grande problema é que as taxas que aqui vieram inicialmente e foram remetidas para discussão pública não coincidem com o que foi aprovado na Câmara, ou seja apresentou-se uma coisa em discussão pública que não foi alterada mas posteriormente aparece um documento com taxas completamente diferentes.

Presidente da Mesa – Reiterou que não pode haver equívocos por parte dos membros da Assembleia Municipal sobre o que está a ser aprovado. A Assembleia é soberana e o documento só pode ser votado se todos os membros, em consciência, não tiverem qualquer dúvida.

Presidente da Câmara – Informou que o documento é composto de duas vertentes, a questão das taxas e da justificação dessas mesmas taxas. O que acontece é que na componente das taxas se registaram pequenas correções, embora não nas relativas ao licenciamento zero. O que está desconforme são as justificações associadas às respetivas

taxas e o índice, existindo desconformidades, pelo que numa lógica de confiança o documento poderia ser votado e posteriormente ratificado.

Presidente da Mesa – Mais uma vez voltou a repetir-se dizendo que os membros da Assembleia não podem ter qualquer dúvida sobre o que estão a votar e que se estiverem em condições de perceber com clareza o que é o conteúdo da matriz de taxas, o documento pode ser votado com uma ratificação posterior. Se algum dos Senhores Membros não se considerar em condições de assumir uma votação clara sobre o que estamos a aprovar a mesa não o colocará a votação.

Rogério Hilário – Trata-se de um documento que neste momento se torna essencial para aplicação do licenciamento zero. Existem desconformidades, mas como o mais importante são as taxas e o seu valor que estão bem, o documento pode ser votado.

Aires Patrício – Disse que qualquer diploma legal tem de obedecer à forma e ao conteúdo, logo este documento não está bem. Por outro lado também existe uma desconformidade em matéria de taxas porque são diferentes. Deve assim remeter-se à origem, estudar-se, corrigir-se e depois trazer-se devidamente elaborado, para ser votado sem qualquer dúvida.

Presidente da Câmara – Disse que inicialmente veio à Assembleia Municipal um documento não fechado, para iniciar uma discussão pública e que a tabela de taxas e a sua justificação económica é o que estamos agora a discutir. A discussão pública teve contributos e alterações em várias vertentes que foram a sessão de Câmara para serem aprovadas, o que aconteceu. Neste momento o documento voltou à AM com as alterações introduzidas na discussão pública e talvez seja isso que está a causar esta confusão. A justificação das taxas não está formatada e por isso pede alguma compreensão e confiança na sua resolução *a posteriori*.

Luís Lourenço – Voltou mais uma vez para reafirmar que a sua questão não é com as justificações, que podem ser ultrapassadas e corrigidas, estando em causa as taxas, porque ninguém ainda lhe explicou se também não foi uma gralha o erro verificado. Não faz sentido que se colocasse a discussão pública um documento com a indicação específica dos aspetos que podiam ser alterados e depois aprova-se na sessão da Câmara um documento em que o que estava a ser alterado se mantém e o que não era passível de alteração está completamente diferente. Isto é politicamente inaceitável e não pode dar qualquer tipo de confiança a esta situação.

Presidente da Mesa – Disse estar claro não haver condições por parte de alguns membros em votar em consciência este documento, pelo que a Mesa decide não o submeter à votação.

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aditamento à deliberação de 19 de Fevereiro de 2013 – Reestruturação do sector empresarial local do concelho do Fundão – Dissolução da empresa FTM – Fundão-Turismo, E.E.M.”

Não havendo interessados em usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação e foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 20.30 horas. Da sessão se exarou a presente ata que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal _____

1º Secretário _____

2º Secretário Maria do Carmo Flores Ribeiro

VOTACÃO DAS PROPOSTAS

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação das Contas Consolidadas de 2012 ” – **Aprovada por maioria** com 31 votos a favor, 2 votos contra dos membros Luís Lourenço e Catarina Gavinhos e 6 abstenções.

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação final – “ Regulamento dos Períodos de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho do Fundão” - **Aprovada por unanimidade**

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação final – Tabela de Taxas e Licenças” – **RETIRADA**

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Aditamento à deliberação de 19 de Fevereiro de 2013 – Reestruturação do sector empresarial local do concelho do Fundão – Dissolução da empresa FTM – Fundão-turismo, E.E.M.” - **Aprovada por unanimidade**

MOCÕES

Moção Greve dos Professores – Aprovada por maioria com 12 votos a favor, 10 votos contra dos membros Henrique Dias, Jean Barroca, Fátima Padez, Eduardo Saraiva, Rogério Hilário, Patrícia Marques, Liliana Reis, Maria do Carmo Nogueira, Lurdes Liberato e João Gonçalves e 16 abstenções

CDS

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

24 DE JUNHO DE 2013

Deputado Municipal: Aires Patrício

Em 27 de Junho de 2011, nesta mesma condição, tive a oportunidade de começar a minha intervenção referindo, “ passado que é o quinto dia deste Junho irrepetível, resta-nos um ontem e, provavelmente um hoje, que só longinquamente será interpretável”.

Tomava posse o governo que, desde então, lidera os destinos de Portugal.

Um governo de coligação PSD/CDS, alcançando-se uma maioria absoluta maioritariamente PSD.

Maioria esta – nacional – que veio ao encontro da maioria PSD que, no próximo acto eleitoral de 29 de Setembro, cumprirá doze anos de governação do nosso Concelho.

Se me permitem, dispensar-me-ei, em benefício de melhor oportunidade de tecer, em nome do CDS, partido que aqui represento, as considerações julgadas oportunas, justas e razoáveis, no que ao executivo em exercício concerne para, inserido no todo que o voto determinou, tentar uma análise do caminho que nos trouxe aonde estamos.

Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs. Vereadores

Representantes da Comunicação Social

Minhas Senhoras e meus Senhores

Nesta sessão da AM antes de férias (sem subsídio) gostaria de começar por dar os parabéns à Câmara Municipal do Fundão (mas não se habituem!).

De facto, na última sessão de 2012 desta Assembleia, e dadas as limitações de tempo, referi telegraficamente ... *obras que nunca mais acabam* ... ou ... *ruas da nossa cidade cujos buracos nunca mais se compõem (veja-se a r. Aurélio Pinto)* ... A r. Aurélio Pinto já tem piso novo. Sei que não foi para dar resposta às questões colocadas por este, eleito que a obra foi feita, mas, ainda assim ou talvez por isso mesmo, aqui ficam os modestos parabéns!

Bom, mas eu disse para se não habituarem. É que, nessa mesma sessão, chamava a atenção para ... *soluções de trânsito de difícil compreensão (novamente Aurélio Pinto)* ... Feito o asfaltamento as soluções de trânsito continuam de difícil compreensão. É caso para dizer soluções de trânsito anacrónicas existem nas melhores cidades por esse mundo fora, porque é que o Fundão não há de ter as suas. Não é menos que as outras!

Bom, mas passemos adiante é que, de facto estou mesmo, como dizer? chateado (posso dizer isto?) com esta Câmara, por isso talvez a tentativa de humor não esteja a resultar.

Voltemos a essa última sessão de 2012. Aqui prestei homenagem pública a Fernando Paulouro Neves. Por isso não poderia deixar de me associar à mais alta homenagem que lhe foi prestada nas cerimónias do dia do Concelho. Estas palavras estendem-se, em princípio, aos restantes homenageados, que não posso referir individualmente pois, se do Fernando Paulouro Neves soube pela comunicação social, dele e dos outros este membro eleito da Assembleia Municipal não teve a informação que deveria ter sido dada pela Câmara. Infelizmente, assuntos profissionais e pessoais impediram-me de estra presente. Apresentei pessoalmente as minhas desculpas ao Fernando, aqui ficam as públicas, a ele e aos restantes.

O falar do Fernando Paulouro Neves traz-me à memória o seu tio António Paulouro. Podendo discordar-se dele em muitas coisas, e concordar em outras tantas, é unanimemente reconhecido que foi uma personalidade que muito contribuiu para a desenvolvimento e projeção, nacional e

internacional, do Fundão e da Região. Bom, mas a que propósito é que isto aqui vem. Volto novamente à última sessão da AM de 2012 em que referi as ... *obras que nunca mais acabam ... circular urbana -já aberta mas ainda em obras* ... parabéns, parece que já acabaram (ou será que não?). Mas volto também ao António Paulouro que sempre recusou, e se irritava com tal ideia, que lhe atribuíssem nome de rua. (já perceberam a associação).

Já sabíamos da ligação do Dr. Manuel Frexes a grandes interesses económicos (ex.: Portugal Telecom) agora temos a CUF - Manuel Frexes. Não estava cá, contaram-me, nem queria acreditar. Corria a circular duas vezes, só para confirmar. Enganaram-me pensei, estavam a brincar comigo. À terceira lá a encontrei. Sempre era verdade.

Dr. Paulo Fernandes, não havia necessidade. É que sujeita-se a que digam nas suas costas que anda a pagar favores e acredite que não necessita. Agora a sério, esta ideia de atribuir nomes de ruas a individualidades (autarcas), em vida e ainda por cima em vigência de mandato para que foram eleitos é, acredite, de um provincianismo bacoco. E não deixa de o ser por outros o fazerem também. Mas mais grave, é que, como disse, o mandato ainda não acabou, a sua obra ainda está em julgamento (que não é positivo em muitos e variados aspetos). Deixemos assentar a espuma da atualidade e veremos se a objetividade que distância do tempo nos concede, permite ou não confirmar e a dignidade de nome de rua. Se não, e se a moda pega, vamos ser obrigado a construir uma CUF2 - Dr. Paulo Fernandes!

Agora mudando de assunto. Apesar de afazeres ainda tive tempo de passar pelo Jardim das Tílias e ver alguma coisa da feira do mel. Não vou tecer comentários sobre a feira mas a visita ao Jardim deixou-me triste, arreliado, zangado se quiserem. Já não vou falar da buganvília, que é aquilo de que toda agente, com quem comento este assunto, tem saudades. Falemos de coisas mais atuais. E voltemos novamente ao que falei na última sessão de 2012, e às ... *obras que nunca mais acabam - jardim das tílias* ... Que estava tudo pronto, só faltava a relva e a altura do ano não era propícia, disseram-me. A sério, a sério, quando é que acabam as obras, mas acabar de acabar e não de já acabaram, mas ainda falta não sei o quê. É que Sr. Presidente, o Sr. Não tem que acompanhar tudo, mas é o Presidente e por isso responsável. E aquilo que ali está é um paradigma de coisas mal feitas.

Entrei, fui beber um café. As mesas, não se sabe se estão na relva se no passeio, pois não se sabe muito bem onde fica o limite. Para lá chegar, tive que desviar de um lago de lama. Lama? Sim, à volta de um bebedouro, mas porquê? Não se consegue desentupir o escoante, pergunto ao proprietário do café. Resposta: ah, não sabe, não tem escoante. Fiquei incrédulo, bom mas ao olhar para o lago que está ao lado, em estado de conservação lastimoso, começo a pensar que,

por aqui talvez seja normal. Eu sei isto não é responsabilidade sua, mas o Sr. é o Presidente é o responsável. Chegado aqui resolvi ver o resto e dei uma volta. A construir um espécie de anfiteatro? Mas aqui não havia uma escada? De quem foi a ideia de modificar, porquê só agora? E quanto nos custou?

Ao passar na variante já em tempos havia reparado que o relógio de sol havia sido montado e desmontado, novamente montado noutro sítio e no sítio do primeiro construída uma porta. Bom, apreço que o experimentalismo se instalou nas obras do parque.

Se calhar vai ser o experimentalismo que vai ajudar a decidir o que fazer a delimitação definitiva das obras. Plantam-se as árvores e deixa-se o resto como está, talvez a erva cresça, talvez a misericórdia arranje o seu terreno e então se perceba onde começa um e acaba outro, talvez ... talvez não sei o quê mas estou certo que esta câmara empreendedora há de encontrar uma ideia inovadora.

Bom já não falo do ribeiro? (aqueduto? vala?) que era suposto ter água e tem lixo, nem da segunda passagem entre as suas partes do parque/jardim. Repito, são minudências que não serão responsabilidade sua, mas o senhor é o presidente, é o responsável. E tem que ter cuidado com isto tudo.

É que se a CMF tem feito um bom trabalho de “venda” do Fundão lá fora é necessário ter cuidado com a qualidade do produto cá dentro. Não se podem conquistar clientes de fora à custa dos direitos/interesses dos munícipes.

Há mais coisas com que me fazem estar zangado com o comportamento desta Câmara. A seu tempo direi.

Fundão, 24 de Junho de 2013

Luis Lourenço

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex. Senhor Presidente da Câmara

Senhores Vereadores, Comunicação social, Caros colegas

Minhas senhoras e Meus Senhores

Foi em 9 de Julho de 1950, que António Paulouro iniciou na primeira página do “Jornal do Fundão”, a campanha pela construção do Regadio da Cova da Beira. Em 1977, faz-se o Projeto de Aproveitamento Agrícola da Cova da Beira. A Associação dos Beneficiários foi constituída em 1989.

Em 1990 iniciou-se a exploração obra do Bloco da Meimoa. Passados estes anos todos é finalizado o projeto com o ultimo bloco: o do Fundão, ficando com uma área de cerca de 13.000 hectares de regadio. *A título de curiosidade e informação de dados, atualmente nos sete blocos do regadio; No do Sabugal com 126 hec, 110 beneficiários são regados 46 hec; No de Belmonte/Caria com 3.177 h com 590 beneficiários são regados 1200 hec; Na Covilhã com 1634 hec, 350 beneficiários são regados 619 hec ; No da Meimoa com 3.463 hec, com 800 beneficiários, são regados 1380 hec; No da Fatela com 424 hec, e 150 beneficiários são regados 113 hec., no da Capinha com 864 hec, com 145 beneficiários são regados 240 hec, atualmente o último bloco: o do Fundão já está em testagem de 1º ano tendo uma área de 2020 hec., com 200 beneficiários estão a ser regados, 580 hec./ Só cerca de 40 % da área de intervenção está a ser utilizada, segundos dados da Associação.*

Após estes anos todos, ainda possamos olhar o regadio como uma fonte de soluções. Ser uma verdadeira mola para impulsionar produtos um pouco esquecidos ou para melhorar significativamente os resultados das várias culturas.

Neste sentido, como representante do Salgueiro (Três Povos), uma das freguesias com maior área, no coração do regadio, faço um alerta e um apelo: Chega de diagnósticos ou atos de voluntarismo e individualismos, é necessário profissionalismo. A região e as nossas aldeias necessitam de políticas orientadas para fazer face aos inquietantes fenómenos do desemprego, despovoamento e desertificação.

Assim, penso que é prioritário revitalizar a Associação de Desenvolvimento Local “ O regadio” criada em 2007, sem esquecer os objetivos primordiais, dinamizar, divulgar as potencialidades e desenvolvimento de toda a área de intervenção, a dinâmica local, incentivar a aliança entre a agricultura e o desenvolvimento sustentável, devendo esta associação congregar á sua volta autarquias, agricultores, beneficiários, instituições, associações empresariais, entidades do sector bancário, empresas locais etc.) tendo como finalidade reforçar a capacidade de atração de investimentos agrícolas para a região, para a agricultura gerar riqueza e emprego na nossa zona.

Sendo uma boa ideia a criação do banco de terras, infelizmente, a portaria publicada sobre a criação da bolsa de terras afigura-nos, muito burocrática, com os constrangimentos que implica, e como dizem os nossos agricultores *“não basta jogar semente á terra para alguma coisa crescer”*; Não se pode incentivar a criação de bolsa de terras quando se atribui subsídios para não cultivar; não se pode exigir aos produtores que passem faturas para vender os seus parques produtos agrícolas; não se pode exigir dezenas de autorizações e procedimentos para uma simples candidatura; não deveriam ser necessários os pareceres de meia dúzia de ministérios e direções regionais para a implantação de um lagar ou uma queijaria; não se está a favorecer o arrendamento jovem; qualquer pessoa que tenha terrenos e não produza recebe uma quantia por hectare o que ou a demove de por a terra a arrendar ou inflacionar os preços. É necessário mais e melhor informação, é, também necessário agilizar muito da burocracia vigente; reforçar o associativismo para fortalecer o nosso agricultor na comercialização dos produtos facilitando o escoamento; fomentar o emparcelamento; a existência de condições legais e facilidade burocrática e fiscais que possibilitem a mobilidade dos titulares de propriedade, com vista a atualização de cadastro para um melhor reordenamento rural.

É neste quadro que devemos lutar por melhores condições e por um futuro digno para a nossa região já tão martirizada e esquecida.

O regadio que não seja uma morte anunciada mas uma esperança de vida. São precisas soluções novas para resolver velhos problemas:

Arranjar formas de valorização e investimento com capacidade de atração, renovar a produção agrícola sem a desmantelar com novos modelos de gestão de recursos naturais.

A qualidade dos nossos produtos deverá ser a imagem e marca do Regadio da Cova da Beira, como o bom exemplo da promoção da campanha *“Cereja do Fundão”*.

Evoco, novamente o saudoso António Paulouro, autor das *“Crónicas das Aguas que Passam”*, editado em 1991, de reflexão relativa ao regadio, nos revela tão bem o seu próprio receio (em que havia muito de justificável) da *indiferença* que, na verdade, mata: *“Finalmente apenas um desígnio, sem pausas nem ambiguidades - a luta, diurna, e noturna, contra os acomodados, contra os eles que muitas vezes temos sido todos nós”*.

Muito obrigada pela vossa atenção

Paulo Silveira

Freguesia de Salgueiro (Três Povos)

MOÇÃO

No dia 17 de junho de 2013 os professores realizaram uma greve que teve uma enorme adesão dos docentes.

Considerando que:

- A greve convocada não era contra os alunos, nem contra os encarregados de educação, mas sim pela defesa da Escola Pública e dos postos de trabalho que estão a ser postos em causa pelas medidas tomadas pelo Governo, nomeadamente com o aumento do número de alunos por turma e a chamada “requalificação”;

- A greve não foi um braço de ferro entre Sindicatos e Governo, como o Ministro da Educação e Ciência quer fazer passar para a opinião pública. A luta foi dos professores, sindicalizados ou não, pelos postos de trabalho e na defesa da qualidade da Escola Pública, contra o seu desmantelamento;

- A campanha movida por parte do Governo contra os professores fazendo crer à opinião pública que esta classe (imprescindível em qualquer país civilizado) é privilegiada, não começou só agora, é certo. Mas agora agudizou-se de forma inaudita.

A Assembleia Municipal do Fundão, reunida em sessão ordinária no dia 24 de junho de 2013 delibera:

- Saudar a luta dos professores do Fundão pelos seus postos de trabalho e, coerentemente, estar do lado da classe docente nas suas reivindicações na defesa da Escola Pública de qualidade que o concelho merece.

- Apoiar a defesa da Escola Pública de qualidade, tudo fazendo ao seu alcance para anular a intenção de colocar os docentes na chamada “mobilidade especial” que não é mais do que a antecâmara do despedimento, nomeadamente informando o MEC que não concorda com as medidas propostas, que terão nefastas consequências num concelho como o nosso; onde os serviços públicos se estão esvaziar, empurrando cada vez mais gente para a emigração.

O grupo da CDU da Assembleia Municipal do Fundão.

MOÇÃO

No dia 17 de junho de 2013 os professores realizaram uma greve que teve uma enorme adesão dos docentes.

Considerando que:

- A greve convocada não era contra os alunos, nem contra os encarregados de educação, mas sim pela defesa da Escola Pública e dos postos de trabalho que estão a ser postos em causa pelas medidas tomadas pelo Governo, nomeadamente com o aumento do número de alunos por turma e a chamada “requalificação”;

-A greve não foi um braço de ferro entre Sindicatos e Governo, como o Ministro da Educação e Ciência quer fazer passar para a opinião pública. A luta foi dos professores, sindicalizados ou não, pelos postos de trabalho e na defesa da qualidade da Escola Pública, contra o seu desmantelamento;

- A campanha movida por parte do Governo contra os professores fazendo crer à opinião pública que esta classe (imprescindível em qualquer país civilizado) é privilegiada, não começou só agora, é certo. Mas agora agudizou-se de forma inaudita.

A Assembleia Municipal do Fundão, reunida em sessão ordinária no dia 24 de junho de 2013 delibera:

- Saudar a luta dos professores do Fundão pelos seus postos de trabalho e, coerentemente, estar do lado da classe docente nas suas reivindicações na defesa da Escola Pública de qualidade que o concelho merece.

-Apoiar a defesa da Escola Pública de qualidade, tudo fazendo ao seu alcance para anular a intenção de colocar os docentes na chamada “mobilidade especial” que não é mais do que a antecâmara do despedimento, nomeadamente informando o MEC que não concorda com as medidas propostas, que terão nefastas consequências num concelho como o nosso; onde os serviços públicos se estão esvaziando, empurrando cada vez mais gente para a emigração.

O grupo da CDU da Assembleia Municipal do Fundão.